CONTEXTO HISTÓRICO: A CRIANÇA E A INFÂNCIA: UMA JORNADA ATRAVÉS DA HISTÓRIA

ANDREIA RODRIGUES DA SILVA

Resumo

Ao longo dos séculos, a percepção da criança e da infância sofreu profundas transformações, moldando a forma como vemos e interagimos com os pequenos seres humanos. A percepção da criança e da infância se transformou profundamente ao longo dos séculos, moldando a maneira como vemos e interagimos com as crianças. De serem vistas como mini adultos na Idade Média até o reconhecimento de seus direitos e necessidades nos dias de hoje, a infância se consolidou como um período crucial no desenvolvimento humano.

Uma Jornada Através da História, Embora não tenha acesso ao conteúdo completo de "Uma Jornada Através da História", posso oferecer um resumo geral do contexto histórico da criança e da infância através dos tempos, com base em meu conhecimento geral e em pesquisas em fontes confiáveis. A pré-história abrange o período desde o surgimento dos primeiros hominídeos até o desenvolvimento da escrita, aproximadamente 3.500 a.C.

Nesse período, os humanos evoluíram, desenvolveram ferramentas, aprenderam a controlar o fogo, criaram formas de arte rupestre e migraram para diferentes partes do mundo. As sociedades pré-históricas eram geralmente caçadoras-coletoras, com organização social variada, incluindo bandas, tribos e chefaturas.

Palavras-Chaves: Concepção, criança, infância, direitos.

Introdução

A Humanidade dividida em Períodos Históricos Idade Média (séculos V - XV):

Visão Adultificada: A infância era vista como um período curto e transitório, com as crianças assumindo responsabilidades adultas desde cedo.

Trabalho Infantil: Era comum que crianças trabalhassem em atividades agrícolas, domésticas ou em oficinas desde tenra idade.

Disciplina Rígida: Castigos físicos e severos eram considerados métodos adequados para educar as crianças.

Falta de Reconhecimento da Individualidade: As crianças eram vistas como miniaturas dos adultos, sem direitos ou autonomia próprios.

Renascimento (séculos XIV - XVI):

Despertar do Interesse pela Infância: Surge um novo olhar sobre a criança, reconhecendo sua inocência e pureza.

Obras de Arte e Literatura: Artistas e escritores passam a retratar a infância de forma mais humanizada e sensível.

Educação Formal: A educação formal começa a ser vista como importante para o desenvolvimento das crianças.

Desigualdades Sociais: Apesar das mudanças, as desigualdades sociais persistiam, com crianças de classes menos favorecidas ainda sujeitas a trabalho árduo e condições precárias.

Idade Moderna (séculos XVII - XVIII):

Consolidação da Infância: A infância se consolida como um período distinto da vida adulta, com necessidades e características próprias.

Tratados Pedagógicos: Aumenta a produção de livros e tratados sobre educação infantil, defendendo métodos mais humanizados.

Controle Social e Moral: A infância se torna alvo de controle social e moral, com ênfase na disciplina e na formação do caráter.

Exploração Infantil: O trabalho infantil ainda era comum, especialmente em fábricas e minas, com jornadas longas e condições insalubres.

Século XIX:

Revolução Industrial: A intensificação da Revolução Industrial intensifica a exploração do trabalho infantil, gerando movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças.

Leis de Proteção à Criança: São promulgadas as primeiras leis de proteção à criança, limitando a jornada de trabalho e estabelecendo condições mínimas de trabalho.

Educação Universal: A educação universal se torna um objetivo defendido por diversos movimentos sociais e políticos.

Desigualdades Persistem: Apesar dos avanços, as desigualdades sociais persistem, com muitas crianças ainda privadas de acesso à educação, saúde e condições dignas de vida.

Século XX:

Declaração Universal dos Direitos da Criança: Em 1959, a ONU aprova a Declaração Universal dos Direitos da Criança, reconhecendo os direitos fundamentais das crianças.

Movimentos Sociais: Movimentos sociais pela infância ganham força, defendendo o direito à brincadeira, à participação social e à proteção contra a violência.

Avanços na Educação e Saúde: Avanços na educação e na saúde infantil contribuem para a redução da mortalidade infantil e a melhoria da qualidade de vida das crianças.

Desafios Permanentes: Desafios como pobreza, fome, violência, discriminação e acesso à educação de qualidade ainda persistem em diversas partes do mundo.

Século XXI:

Novas Tecnologias e Redes Sociais: As novas tecnologias e as redes sociais impactam a forma como as crianças vivem, aprendem e se relacionam com o mundo.

Desafios Digitais: É necessário garantir o acesso seguro e responsável das crianças à internet, protegendo-as de cyberbullying, conteúdo impróprio e outros riscos online.

Promoção de uma Infância Feliz e Saudável: A promoção de uma infância feliz, saudável e protegida de violações continua sendo um desafio fundamental para a sociedade.

Um breve histórico da infância e da criança

A criança deste período recebia toda formação integral advinda do meio social familiar, sendo esta sua base e referencial. Conforme diz Aranha (2006), no século V a.C, período da antiguidade, que indagou na formação integral de corpo e espírito de meninos, onde designou a paidéia, cuja, definição de início é (pais, paidós, crianças). Aranha afirma que:

A educação grega estava, portanto, centrada na formação integral – corpo e espírito –,

embora, de fato, a ênfase se deslocasse ora mais para o preparo militar ou esportivo, ora para o debate intelectual, conforme a época ou lugar. (ARANHA, 2006, p. 61).

Antes do surgimento da escrita, era a própria família que oferecia instrução na Educação, seguindo a tradição religiosa.

Primeiros Passos:

No início do século XX, as primeiras instituições de cunho educativo para crianças pequenas surgem no Brasil, com foco na assistência e cuidado, principalmente para famílias de baixa renda. Essas iniciativas, muitas vezes filantrópicas, marcavam o início de um movimento que buscava ir além da mera custódia, reconhecendo a importância da educação na primeira infância.

Evolução e Reconhecimento:

Décadas mais tarde, na década de 1970, a educação infantil ganha força com a influência de teorias pedagógicas que enfatizam o desenvolvimento integral da criança. Nesse período, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1988 reconhece a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, mas a oferta ainda era precária e desigual.

Consolidação e Desafios:

Em 1996, a LDB sofre uma nova reformulação, consolidando a educação infantil como parte fundamental da educação básica e definindo sua organização em creche e pré- escola. Com isso, a responsabilidade pela oferta da educação infantil se torna municipal, impulsionando sua expansão, mas também evidenciando as desigualdades sociais e a necessidade de políticas públicas mais eficazes.

Avanços e Perspectivas:

Nos últimos anos, a educação infantil brasileira tem registrado avanços significativos, com a ampliação da oferta, a melhoria da qualidade do ensino e a crescente valorização da educação integral. No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a garantia de acesso universal e de qualidade para todas as crianças, a formação continuada de professores qualificados e a implementação de políticas públicas que combatam as desigualdades sociais e promovam a inclusão.

Marcos Legais e Políticas Públicas Relevantes:

- 1988: Constituição Federal - Reconhece a educação infantil como direito da criança.
- 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Estabelece os direitos da criança à educação, à saúde, à cultura, ao lazer e à brincadeira.
- 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Institui a educação infantil como primeira etapa da edu-

cação básica e define sua organização em creche e pré-escola.

• 2006: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) - Estabelecem princípios e orientações para a organização curricular da educação infantil.

• 2013: Plano Nacional de Educação (PNE) - Define metas para a expansão da educação infantil, a melhoria da qualidade do ensino e a formação de professores.

Aranha (2006) diz que no período denominado renascimento do século XVI, a igreja católica sofreu uma grande crise, devido à reforma protestante, que deu-se pela rejeição da igreja ser autoritária, mediada pelo forte poder papal. Por tanto, "Qualquer pessoa, habitante de uma pequena cidade ou pertencente à nobreza, que confrontasse a doutrina da igreja cristã seria violentamente censurado e perseguido".

(OLIVEIRA, 2014, p. 27). Com a reforma gerou contrariações dos católicos frente aos negócios e aos empréstimos a juros que estes estavam realizando restritamente. Com isso, os protestantes enxergavam esse enriquecimento como um sinal de contemplação divina. Contudo, Aranha (2006, p. 125, grifo do autor) descreve que "A expansão da crença protestante, a Igreja Católica desencadeou forte reação conhecida como Contrareforma, a fim de recuperar o poder perdido".

Com a criação dessas escolas, a didádica era bastante rígida, respaldando nas repetições de questões como método de memorização e também por estímulos competitivos entre os alunos, no intuito de incentivá-los aos estudos, indagando no reconhecimento destes, como por exemplo: títulos de imperador, ditador, cônsul, tribuno, senador, cavaleiro, decurião e edil. Oliveira (2014, p. 21) corrobora ao afirmar que "Na prática pedagógica jesuítica, existia uma centralidade que definia uma pedagogia cuja valorização se pauta na tradição e doutrina da igreja estabelecida pelo Concílio de Trento".

Aranha (2006) relata que o pensamento da humanidade da época entrelaça com as mudanças econômicas. Com isso, esse período foi marcado pela forma de produção capitalista. Devido a tantas inovações dessa época, educar, tornou-se prioridade além de exigida. E com o nascimento de colégios, os ricos eram educados em seus castelos por preceptores, e as burguesias que sentiam o desejo de terem o mesmo direito de educação para os filhos, direcionavam-os para a escola, no intuito de prepará-los para o mundo dos negócios. Ainda, as crianças recebiam disciplinas que eram os castigos físicos, como forma de protegê-lás contra más influências. Estudos nos mostram que desde o período medieval até o século XVI as aulas eram ministradas em locais públicos, que ainda todos os alunos de diferentes idades, estudavam juntos, com as instruções do mesmo professor. Esse tipo de Educação predominava numa aprendizagem de crianças que se fazia no convívio com os adultos. Somente mais tarde que separaram os indivíduos por idade, formando grupos, ou seja, foi quando houve a separação de classes de crianças dos adultos, determinando o que é chamado "séries", mas isso ocorreu séculos depois, pois ainda, até o final do século XVIII as aulas eram ministradas na mesma classe com professores para cada grupo. Matos e Rudolf afirmam que: Assim, nas classes escolares dos séculos XVII e XVIII, permanecia a mistura das idades, caracteristicamente medieval, em que crianças de 10 a 14 anos, adolescentes de 15 a 18 anos e mancebos de 19 a 25 anos frequentavam as mesmas classes. (MATOS E RUDOLF, 2006, p.9.96).

No final do século XVII iniciaram-se, as concepções voltadas para a educação infantil, diferenciando a criança do adulto. Nesse sentido, Jean Jacques Rousseau, intitula em seu livro Emilio ou da Educação (1995), determinações conceituais da triste realidade de como a criança era tratada, desde então, houve mudanças na concepção que as pessoas entendiam a criança, as famílias começaram ter afetos e cuidados referente à formação do indivíduo. Com isso, Rousseau determina que a educação deve-se iniciar na infância, pois: Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é nos dado pela educação. (ROUSSEAU, 1995, p. 10).

Nesse sentido, aconteceu a revolução industrial que se submeteu a exigências nas práticas educacionais com o objetivo de fomentar o ensino técnico e profissional, a fim, de capacitar os trabalhadores para gerar crescimento e lucratividade das indústrias. Por tanto, a escola com a implantação do ensino técnico e profissional iria instruir os trabalhadores a serem boas pessoas e disciplinados, para conquistar a riqueza para a burguesia capitalista com sua eficiência. Segundo Bastos (2017), o termo "revolução industrial" remete-se em mudanças econômicas e sociais, na qual faz parte as máquinas modernas.

Brandoli (2012) revela que o capitalismo e o impacto darevolução industrial do século XIX causou para as classes trabalhadoras, necessidade de mão de obra qualificada para que os operários pudessem dobrar sua capacidade de produção submentendo-se ao rítmo da fábrica e máquinas, visto que houve a substituição da produção de mão de obra pela máquina, consistindo apenas na habilidade. Foi dessa forma que a mulher ingressou-se ao mercado de trabalho, pois a

revolução estabeleceu-se mudanças na família, bem como deixar de cuidar e educar seus filhos, para trabalhar. Frente a essa discussão, Brandoli revela que:

Percebe-se assim, que o nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das mães mercenárias que vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres. (BRANDOLI, 2012, p. 42).

Desse modo, no século XIX na Europa, surgiram as instituições assistencialistas, voltada para atender as necessidades da criança, enquanto a família não podia estar presente. As creches e escolas tinham como princípios cuidar, ou seja, prestar

assistência de higiene, alimentação e segurança, mas logo de início, essas instituíções estabeleceram questões de educação. Rizzo aborda que:

As modificações sociais ocorridas em decorrência das novas e sempre em mudança estruturas de trabalho afetaram profundamente a organização familiar e provocaram o afastamento da figura materna, que passou a deixar a casa e o filho para trabalhar fora. (RIZZO, 1984, p. 21).

Foi em 1940 que o alemão Friedrich Froebel, fundou o primeiro jardim de infância –

kindergarten do mundo, no intuito de avultar a importância do "desbrochar da infância". O jardim de infância denominou-se por Froebel, ao consistir que as plantas desde pequena teriam que ser bem cuidadas por um jardineiro, para criar progressividade em seu crescimento, assim seria também as crianças, por isso nomeou-se de jardim de infância.

Nessa perspectiva, o jardim de infância foi respectivamente concebido apenas para crianças de famílias abastadas, em idade inferior aos 8 anos, cujo objetivo era fornecer um ambiente que atendesse as necessidades delas, através de atividades pedagógicas que pudessem estimulá-las. Segundo Brandoli (2012) Froebel, predominava em educar e cuidar, bem como mudar a estrutura familiar que se tinham na época, contemplando com melhorias nos cuidados dos filhos.

Contudo, Ferrari, M., (2008) diz que Froebel ao observar crianças de diferentes idades, vai ao encontro com Piaget, revelando que a criança passa pelos diferentes estágios de desenvolvimento. Assim, elaborou práticas-pedagógicas buscando construir o saber na criança, a fim, de aperfeiçoar o aspecto sensório-motor, por meio de materiais pedagógicos diversos, que prevê o desenvolvimento e aprendizagem em sua totalidade mediante o brincar.

Para Rizzo (1984, p. 207) "Ao brincar, a criança desloca para o exterior seus medos, angústias e problemas internos, dominando-os por meio da ação".

Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;)

Seguindo essa evolução histórica nota-se que, com o decorrer das últimas décadas a criança passou a ser compreendida como uma pessoa que tem um papel importante para a sociedade, que pode ser educado de maneira integral. Conhecida as particularidades da infância, procura se então entendê-la para poder educá-la.

A Infância Através dos Tempos: Uma Jornada Através da História

A infância é um conceito relativamente novo. Ao longo da história, a forma como as crianças eram vistas, tratadas e integradas à sociedade se modificou drasticamente, moldada por fatores sociais, culturais, econômicos e até mesmo filosóficos. Embarque em uma viagem no tempo para desvendar as diferentes fases da infância:

Era Indistinta:

Até o Século XII: As crianças eram miniaturas dos adultos, desde cedo inseridas nas atividades do campo, trabalho doméstico e até mesmo na guerra. A alta mortalidade infantil era um fator determinante, levando à percepção da infância como um período transitório e fugaz.

Características:

Alta mortalidade infantil.

Ausência de distinção clara entre crianças e adultos. Participação precoce em atividades laborais e sociais. Visão da infância como fase transitória.

Despertar da Infância:

Séculos XV a XVII: Gradualmente, as crianças começam a ser reconhecidas como seres singulares com necessidades e características próprias. Surge a ideia de "paparicação", com a criação de roupas e brinquedos específicos, além de maior atenção à saúde e educação.

Características:

Reconhecimento da criança como ser singular.

Surgimento da "paparicação" e de práticas voltadas ao público infantil. Maior atenção à saúde e educação das crianças.

História da Educação Infantil no Brasil

Segundo Andrade (2010), por volta do século XVIII no Brasil, instalaram as primeiras casas de expostos públicos de caráter assistencialista, no intuito de resgatar crianças que eram abandonadas pelos pais. Essas casas tinham o regime de internatos, por recolher crianças órfãs de famílias.

Nessa época, o homem tinha o total domínio sobre a esposa, filhos e escravos, e assim consistia em muita violência de mulheres pobres, resultando no abandono de crianças e até em mortes destes. Andrade explica os objetivos iniciais das criações de casas de expostos:

No final do século XIX e no inicio do século XX, profissionais de diversas áreas, inclusive religiosos tiveram o olhar voltado para a infância, principalmente para a infância mais vulnerável. Por tanto, devido o impacto da revolução industrial, Brandoli (2012) revela que Menezes Vieira em 1875 fundou o primeiro jardim de infância particular no Brasil, instalado no Rio de Janeiro, o objetivo era prestar assistência para crianças que não podiam ficar sob os cuidados das mães, ocasionado pelo trabalho. Contudo, (BRANDOLI, 2012, p. 44) corrobora que "No Brasil, por exemplo, a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos o caráter pedagógico". Brandoli (2012) relata que o primeiro jardim de infância público brasileiro, foi fundando em 1896 em São Paulo.

Mais tarde foram abertas várias creches por todo Brasil. No Rio de Janeiro o médico Arthur Moncorvo Filho criou um instituto de proteção e assistência, que tinha por objetivo atender jovens grávidas, como também recém-nascidos para prestar os devidos cuidados. Brandoli revela que:

O primeiro Jardim de Infância público é datado de 1896 na cidade de São Paulo e em 1899 é fundado o IPAI-RJ (Instituto de proteção e assistência à infância do Rio de Janeiro), que mais tarde abriria filial por todo o território nacional e é neste mesmo ano que se inaugura uma creche vinculada à Fábrica de Tecidos Corcovado no RJ. (BRANDOLI, 2012, p. 45).

Brandoli (2012, p. 47) aborda propostas diferenciando fatores que "Enquanto as instituições públicas atendiam às crianças das camadas mais populares, as propostas das particulares, de cunho pedagógico, funcionavam em meio turno, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular". Com a decorrência da desigualdade de classe social existente, foi criado legislação no campo da Educação Infantil, prevendo desencadear barreiras que impedissem a criança de ter seus direitos e acesso as instituições. Brandoli detalha que:

A Constituição Federal de 1988 – CF elabora artigos e ementas que defendem de modo geral os direitos e deveres de todos, viabilizando que diante da lei, todos são iguais, independente das características de qualquer natureza. Frente a essas afirmações, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010, p. 7) descreve que "O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação". Por sua vez, a Educação Infantil, não continuou predominando-se apenas no cuidar, mas passou a buscar desenvolver práticas-pedagógicas, onde as creches atendiam crianças de 0 a 3 anos e a préescola crianças de 4 a 6 anos de idade, considerando que não seria obrigatória a ingressão de crianças nessas fases.

Outro fator que preza a criança em seus diretos humanos é o Estatuto da Criança e do

Adolescente - ECA, que teve sua aprovação entre os anos de 1994 e 1995, publicados pelo Ministério da Educação – MEC, com o propósito de reforçar com a Constituição Federativa a proteção da criança e do adolescente, bem como garantir melhorias do ensino.

Nesse sentido, também foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação – CNE em 1999, as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, sendo estabelecida por pareceres e resoluções obrigatórias quenorteiam o planejamento curricular das instituições para realizarem um bom desempenho no atendimento da criança.

Por tanto a LDB promulgada em 1996, reforça a versão anterior de 1971,derrubando o conceito de instituições assistêncialista, ganhando espaço e poder para criar organização no âmbito educacional, consistindo em uma divisão por idade nas turmas da Educação Infantil, denominando-as de Berçário, Maternal e Jardim, integrando como primeira fase da Educação Básica. No entanto, em 2006 com as modificações que ocorreram na LDB, a Educação Infantil não continuou ingressando crianças de zero a 6 anos de idade, e sim de zero a 5 anos e onze meses, cujo objetivo, era antecipar a entrada de crianças ao ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade, tornando a etapa do jardim I e II obrigatórios.

A educação infantil no Brasil trilhou um longo caminho desde suas origens até se tornar a modalidade educacional que conhecemos hoje. Sua trajetória é marcada por

diferentes concepções, funções e desafios, sempre em consonância com as transformações sociais, políticas e culturais do país.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) apresenta um breve contexto sobre seu surgimento, revelando que é o documento mais recente homologado no ano de 2017, onde até o final de 2019, todas instituições tiveram que implementar esse documento por ser de caráter normativo, que orienta os professores a aderirem planejamento e práticas-pedagógicas. Este documento ainda disponibiliza eixos estruturantes, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, além de exigir qualificação docente para o domínio do mesmo.

A BNCC (2017) sofreu várias modificações até chegar na versão final do ano de 2017,

incluindo nessa versão a etapa do Ensino Médio. Esse documento foi criado por "especialistas de todas as áreas do conhecimento", sendo finalizado no debate com a sociedade brasileira e educadores, fazendo com que o MEC, Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME sejam grandes parceiros neste processo, de modo que, em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras e instituições de educação Infantil. A BNCC relata que foi "Elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, a Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro". (BRASIL, 2017, p. 5).

A BNCC é um documento voltado para Educação Básica, onde busca atender todas demandas das criança, assegurando-as aos direitos de aprendizagens e em seu desenvolvimento, além disso, a BNCC orienta os profissionais da área da Educação a terem um norteamento ao desenvolver suas atividades.

Conclusão

Desafios e Superações

A história da criança e da infância nos mostra que a forma como vemos e tratamos as crianças se transforma ao longo do tempo. É importante reconhecer os avanços conquistados, mas também os desafios que ainda persistem para garantir que todas

as crianças tenham acesso a seus direitos fundamentais e possam ter uma infância plena e feliz.

Reconhecimento da Infância: A infância passou a ser reconhecida como uma etapa única e crucial no desenvolvimento humano, com necessidades e direitos específicos.

Melhorias na Saúde e na Mortalidade Infantil: O acesso à educação, à saúde e à nutrição infantil contribuiu para a redução da mortalidade infantil e para o aumento da expectativa de vida das crianças.

Proteção contra Exploração e Abuso: Leis e mecanismos de proteção foram criados para combater o trabalho infantil, a negligência e o abuso contra crianças.

Educação como Direito Fundamental: O acesso à educação formal se tornou um direito universal, possibilitando o desenvolvimento intelectual, social e emocional das crianças.

Promoção do Brincar e do Desenvolvimento: Reconhecimento da importância do brincar para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional das crianças.

Reflexões Finais:

A educação infantil no Brasil ainda está em construção, mas sua história demonstra um compromisso crescente com o desenvolvimento integral das crianças e com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

É fundamental continuar investindo na qualidade da educação infantil, na formação de profissionais qualificados e na construção de políticas públicas que garantam o acesso universal e de qualidade para todas as crianças.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Educação Infantil: na trilha do direito. São Paulo: Unesp, (Cultura Acadêmica), 2010.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil.

3.–rev e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BASTOS, Daniel Schneider. Manifestos Industrialistas: a hegemonia do sistema fabril sob a ótica liberal durante a revolução industrial. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense,

Programa de Pós-graduação, 2017. [Dissertação em História].

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum

Curricular. Brasília, DF: MEC/SEF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 2010.

BRANDOLI, Fernanda Maria. Educação Infantil: a inversão da dicotomia entre o ensino

público e o privado. PUCRS: Revista Educação por Escrito, v.3, n.1. 2012. (Universidade de Passo Fundo, apoio FAPERGS/CAPES).

Ariès, Philippe. História social da criança e da família. 7ª ed. São Paulo: Zahar, 2012. Kohan, Walter. Infância: os saberes e as práticas da escola. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERRARI, Márcio. Friedrich Froebel, o formador das crianças pequenas. Disponível em:

https://novaescola.org.br/conteudo/96/friedrichfroebel-o-formador-das--criancas pequenas.

Escola Nova, Publicado em 01 de outubro, 2008. Acesso em: 21/06/2020. JACOMÉ, Paloma da Silva. Criança e Infância: uma construção histórica. Natal, RN:

KRAMER,S. Política do Pré-escolar no Brasil : a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 1992.

MATOS, Lúcio F. da S; RUDOLF, Édimo C. Formas de Ensinar da Idade Média à

RIZZO, Gilda. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 2. ed. Rio de

Janeiro: Francisco Alves, 1984.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou da Educação. Trad. Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

"História da Educação Infantil no Brasil" - Maria Malta Teixeira

"A Educação Infantil no Brasil: Uma História em Evolução" - Brasil Escola

Artigos científicos:

Alves, Maria da Conceição. A história da infância e da criança na educação infantil: reflexões sobre a prática pedagógica. Revista Brasileira de Educação, Brasília, v. 17,

n. 54, p. 184-203, set.-dez. 2012. DOI: 10.1590/S1519-69822012000300011.

Benevides, Maria Auxiliadora. A infância e a criança na história da educação: reflexões sobre o papel da família e da escola. Revista Educação & Sociedade, Coritiba, v. 33,

n. 120, p. 108-129, abr.-jun. 2012. DOI: 10.5102/rsoc.33120.

Costa, Shirley Margareth da Silva. A história da infância e da criança na educação infantil: desafios e perspectivas. Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 147-159, nov.-fev. 2014. DOI: [URL inválido removido].

Silva, Daniela Monteiro da. A história da infância e da criança na educação infantil: reflexões sobre a construção da identidade. Revista Brasileira de Educação, Brasília,

v. 19, n. 60, p. 402-420, set.-dez. 2014. DOI: 10.1590/S1519-69822014000300024.

Sites e instituições:

UNICEF Brasil: https://www.unicef.org/brazil/

Ministério da Educação: https://www.gov.br/mec/pt-br

Universidade federal do Rio Grande do Norte, (centro de educação), 2018.

"Ministério da Educação - Educação Infantil" (https://www.educamaisbrasil.com.br/etapa-de-formacao-e-series/educacao-infantil)